

## RELATÓRIO DOS TRABALHOS SOBRE A HISTÓRIA DA ABEn

*Anayde Corrêa de Carvalho \**

*Ponto I* — Das duas expectativas que constaram do relatório anterior, ano de 1973 — uma promessa e uma solicitação — nenhuma se tornou efetiva.

Não foi possível entregar o Histórico pronto no prazo prometido, isto é, fins de 1973 e nem, infelizmente, o será neste Congresso, mesmo a ele me dedicando em regime de tempo integral, como está acontecendo desde fevereiro último. A tarefa de relatar está sendo bem mais complicada do que foi imaginado.

Por outro lado, não foi recebida sugestão alguma da Diretoria sobre a esquematização do assunto, o que nos levou a interpretar como um voto de confiança a nós dado ou na sua aceitação tal como estava.

*Ponto II* — Ao prestar contas da situação em que o trabalho se encontra agora, será apresentado o esquema da divisão dos assuntos e o resumo do conteúdo de cada capítulo; sobre esse solicitamos atenção especial da Assembléia e esperamos receber sugestões durante ou após o Congresso, principalmente do capítulo que trata das Seções Estaduais. Para auxiliar na elaboração deste capítulo — das Seções Estaduais — foi enviado ofício em junho de 1973 às 20 Seções existentes solicitando alguns esclarecimentos. Estes foram recebidos das Seções da Guanabara, Pernambuco, Santa Catarina, Maranhão, Bahia e DF.

Dos 30 capítulos do livro, 23 já estão prontos mas não revistos; estão faltando os sete últimos, que compõem a terceira parte do trabalho.

*Ponto III* — Completados estes, passaremos à penúltima revisão; é nosso plano fazê-la em forma de entrevista e discussão com al-

---

\* Enfermeira responsável pela elaboração da História da ABEn.

gumas das presidentes da ABEn e membros da diretoria que tomaram parte ativa em Comissões ou neste ou aquele acontecimento. Feitos os prováveis acertos, estará pronto para ser entregue à Diretoria.

### CONTEÚDO

Apresentação,  
Prefácio,

Terminologia utilizada; importância das "Notas e Leituras Complementares"; sistema de paginação utilizado; dificuldades encontradas.

Agradecimentos  
Introdução

Objetivos do histórico; primeiros estudos realizados; Comissão Especial designada em 1965; partes do trabalho.

### PARTE I

Origem e filiação ao Conselho Internacional de Enfermeiras.

#### *CAPÍTULO I* — Antecedentes históricos.

Situação educacional e de saúde na década dos anos vinte, ...; primeiras tentativas para organizar o ensino de enfermagem: escola profissional de enfermeiros e enfermeiras, ; Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira, ; curso para visitadoras sanitárias, ; visitadoras de higiene sanitária, ; Carlos Chagas e o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), ; Ethel Parsons e o Serviço de Enfermeiras do DNSP, ; enfermeiras do Serviço Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller, ; criação da Escola Ana Neri, ; características pessoais das líderes da enfermagem que devem ter exercido influência direta na fundação da Associação: Ethel O. Parsons, Edith de Magalhães Fraenkel, Clara Louise Kieninger, Loraine Genevieve Denhardt, Raquel Haddock Lobo, ; influência indireta de S. Lillian Clayton,

#### *CAPÍTULO II* — Origem da Associação: 1926.

Primeiras diplomadas da Escola Ana Neri e a Associação do Governo interno das Alunas, ; influência das docentes da Escola nas diplomadas, ; idéia da criação de uma associação de antigas alunas,

; criação da Associação de Enfermeiras Diplomadas, ; os primeiros Estatutos e a diretoria provisória, ; primeiro período de inatividade.

### *CAPÍTULO III* — Período nebuloso: 1926 — 1938.

Reorganização em 1929, ; filiação ao Conselho Internacional de Enfermeiras, ; criação de Anais de Enfermagem, ; diretoria de 1929 a 1938,

## PARTE II

Primeiros anos de desenvolvimento e período de afirmação da ABEn: 1938 a 1946 e 1947 a 1974.

### *CAPÍTULO IV* — Organização da ABEn — Estatutos.

Primeiras providências, ; Estatutos de 1929 a 1938, ; reformas de 1939 à época atual: mudanças de designação, 1944 e 1954, ; alterações na organização: representantes dos serviços de enfermagem, 1944; Seções Estaduais, Divisões de Educação e de Saúde Pública, Conselho Deliberativo, 1946; Congressos Nacionais, 1947; Secretaria Executiva, 1950; Regimento Interno e Setores de Filiação Internacional, 1957; extinção do Conselho Deliberativo, descentralização das eleições, criação do cargo de 2.<sup>a</sup> vice-presidente, 1958; presidente passa automaticamente a 2.<sup>a</sup> vice-presidente, 1962; extinção e criação de comissões permanentes, 1962; Assembléia de Delegados e extinção dos Setores de Filiação Internacional, 1965; admissão de Técnicos de Enfermagem e mandato de quatro anos para a diretoria de 1971; sede em Brasília, 1973, . Sócios efetivos, honorários e beneméritos.

### *CAPÍTULO V* — Comissões permanentes

Origem e evolução das comissões permanentes, de 1929 a 1965, ; atuação das comissões permanentes extintas: assistência, intercâmbio cultural e profissiona, biblioteca, defesa da classe, estatuto e regimento interno, auxiliar de enfermagem, finanças, enfermagem de saúde pública, enfermagem hospitalar, enfermagem para-hospitalar, ética, relações públicas.

### *CAPÍTULO VI* — A Comissão de Educação e o ensino superior de enfermagem

... Evolução da Comissão de Educação; primeiro relatório; atuação da Divisão de Educação no I Congresso Nacional de Enferma-

gem (I CNEEn); projeto 92 A (Lei 775/49); reorganização em 1950; a Divisão e o Código de Ética; projeto 2991/56; subcomissão permanente de Diretoras de Escolas de Enfermagem; I Seminário para Instrutoras; Lei Orgânica do Ensino: projetos 3082/57 e 114/54; I Seminário Didático; subcomissão de Professores Privativos; I Congresso Brasileiro de Pedagogia aplicada à Enfermagem; II Congresso de Pedagogia e Didática aplicada à Enfermagem; II Seminário sobre Educação em Enfermagem; Seminário sobre currículo; subcomissão de programas; guia de regimento interno; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Pareceres 271/62, 303/63 e 163/72; Portaria 159/65; cooperação com o Ministério da Educação e Cultura — Diretoria do Ensino Superior e Conselho Federal de Educação: Comissão de Peritos e Comissão de Especialistas do Ensino de Enfermagem; comissão especial do XVI CBEEn; carreira docente.

#### **CAPÍTULO VII — O preparo de enfermeiras obstétricas e as Comissões de Educação e de Legislação**

Evolução do ensino de enfermagem obstétrica; Lei 775/49; projeto 2.640/52; projeto 3.803/62; Pareceres 271/62 e 303/63; parecer 163/72.

#### **CAPÍTULO VIII — A Comissão de Educação e o ensino de enfermagem ao nível de 1.º e 2.º graus**

Criação dos primeiros cursos para o preparo do auxiliar de enfermagem; atuação da Comissão de Educação no desenvolvimento do ensino; legislação sobre os cursos desse nível. Cursos técnicos de enfermagem :origem e desenvolvimento. Recomendações dos Congressos; legislação sobre o exercício.

#### **CAPÍTULO IX — Comissão de legislação e o exercício profissional**

Origem, evolução e conquistas da Comissão de legislação: 1939 e 1950 a 1974; regulamentação da profissão; evolução da enfermagem no funcionalismo civil; fiscalização do ensino e do exercício.

#### **CAPÍTULO X — Comissão de Legislação e a defesa da classe**

Enfermagem no serviço técnico — científico; nível universitário nos Estados; Enfermagem — profissão liberal; concurso na Prefeitura do ex-Distrito Federal; carreira do enfermeiro nos Ministérios; defesa da profissão.

**CAPÍTULO XI** — Outros atos legislativos

Cursos volantes; enfermeiras na Força Aérea Brasileira e Força Expedicionária Brasileira; aposentadoria; salário mínimo; ABEn, serviço de utilidade pública.

**CAPÍTULO XII** — Comissão de Documentação e Estudo

Origem, evolução e situação atual; inquérito anual parcial sobre a formação de pessoal de enfermagem; coordenadoras — Centro de Ensino e Pesquisa em Enfermagem, CEPEn.

**CAPÍTULO XIII** — Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem

Primeiras tentativas, 1939; primeiro levantamento censitário, 1950; estudo de recursos nacionais de enfermagem, recomendação da Organização Mundial de Saúde, 1951; solicitação da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES; recomendação do VII CNEEn, 1954; inquérito anual sobre as escolas de enfermagem, 1955; Centro de Recursos e Necessidades de Enfermagem, 1956; providências preliminares: primeira reunião; diretora do Estudo; organização do Centro; trabalho realizados: áreas de estudo, relatório final, resultados e cumprimento das recomendações.

**CAPÍTULO XIV** — Comissão de Seguimento do Levantamento

Origem e evolução; recomendação do XI CBEEn, 1958; Comissão Especial para o planejamento; Comissão Executiva do Seguimento; auxílio da Fundação Rockefeller; instalação e doação inicial; empréstimo da ABEn; cooperação com a Diretoria do Ensino Superior; organização da Comissão; desempenho das atribuições: primeiro plano de trabalho; atualização de dados; assistência técnica às escolas e assessoramento às Seções Estaduais; campanha de divulgação da enfermagem e de recrutamento de alunos; campos de demonstração de experiência prática.

**CAPÍTULO XV** — Comissão de Assistência de Enfermagem

Evolução dos objetivos da Comissão de Assistência; atuação no campo da enfermagem hospitalar.

**CAPÍTULO XVI** — Revista Brasileira de Enfermagem

Generalidades. Origem e primeiros dez anos de existência, 1932-1941. Período intermediário, 1946-1947: publicação em São Paulo,

apresentação, conteúdo, auxílios financeiros e administração. Progressos e vicissitudes, 1948-1954: reformas em 1948, administração e problemas enfrentados, colaboração em artigos, assinaturas e anúncios; custo e tiragem; auxílio financeiro; registro. Reflexos do desenvolvimento da época, 1955-1974: reformas em 1954; valor científico literário dos trabalhos; problemas financeiros; auxílios e doações; sucursais; marca registrada. Cargos e ocupantes. Concurso "Marina de Andrade Resende".

#### *CAPÍTULO XVII* — Outras publicações

Boletim informativo. Fundo de Impressão: Princípios Básicos dos Cuidados de Enfermagem, Equipe de Enfermagem, Manual do Auxiliar de Enfermagem, Princípios de Física e Química aplicados à Enfermagem.

#### *CAPÍTULO XVIII* — Setores de Filiação Internacional

Conselho Internacional de Enfermagem, ICN. Organização da União Católica das Enfermeiras Brasileiras (UCEB) e da União das Religiosas Enfermeiras do Brasil (UREB); primeiro Congresso. Filiação do Comitê Internacional Católico de Enfermeiras e Assistentes Médico Sociais, CICIAMS.

#### *CAPÍTULO XIX* — Seções Estaduais

Criação do primeiro núcleo em São Paulo, 1945; núcleo do ex-Distrito Federal, 1946; criação das demais Seções Estaduais; realização e conquistas; número de associados; comemorações da Semana da Enfermagem; associações profissionais.

#### *CAPÍTULO XX* — Diretorias

Cargos, ocupantes e resumo das principais realizações.

#### *CAPÍTULO XXI* — Colaboração com o Ministério da Educação e Cultura, MEC

A ABEn e o Ministério da Educação e Cultura: generalidades; primeiras tentativas: Serviço de Enfermeiras do DNSP. Recomendações dos Congressos. Solicitações da ABEn e do MEC: Comissão para estudo dos problemas de enfermagem, 1947; Lei 775 e Divisão de Enfermagem, 1949; reconhecimento da ABEn a DESn; subvenção federal; concurso de habilitação; enfermeiras lotadas na DESn; projeto 3082/57 e Seção de Enfermagem; Levantamento de Recurso e

Necessidades de Enfermagem e Seção de Enfermagem; Relatório sobre Ensino de Enfermagem e Seção de Enfermagem. Atividades da ABEn pela sua Comissão de Educação. Sugestões da DESn; Comissão de Peritos e a nova política de inspeção de escolas; planejamento do ensino superior e a CEEEnfermagem. Preparo Intensivo de Pessoal de Mão de Obra, PIPMO.

#### **CAPITULO XXII — Colaboração com outras entidades**

Entidades Não Governamentais, OENG; Sindicatos dos Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde; SESP.

#### **CAPITULO XXIII — Patrimônio**

Sedes provisórias; terreno na Ilha do Governador; sede própria na cidade do Rio de Janeiro, ex-Distrito Federal; construção em Brasília, DF; patrimônio das Seções; associadas de 1926 a 1974 e o "per capita"; doações legados e subvenções; taxa de registro dos Congressos; Isenção de Imposto de Renda — Biblioteca.

### **PARTE III**

#### *Outras realizações*

#### **CAPITULO XXIV — Código de Ética**

Comissões especiais do Código de Ética; elaboração do ante-projeto; aprovação pela Assembléia Geral, 1958; comissões especiais para atualização do Código de Ética.

#### **CAPITULO XXV — Congressos**

Objetivos e organização; local e data dos congressos realizados; recomendações atendidas.

#### **CAPITULO XXVI — Conselho Federal de Enfermagem**

Evolução dos processos sobre o Conselho Federal de Enfermagem; recomendações dos Congressos; o que significa para os enfermeiros

#### **CAPITULO XXVII — Sindicalismo**

Primeiros passos; associações profissionais; situação atual.

*CAPÍTULO XXVIII* — Comemorações e homenagens

Semana da Enfermagem; homenagens especiais: Isaura Barbosa Lima, Haydée G. Dourado, Marina de Andrade Resende. Medalha comemorativa.

*CAPÍTULO XXIX* — Prêmios, distinções

“Enfermeira do Ano”; medalha “Edith de Magalhães Fraenkel”; Bolsa “Lais Netto dos Reys”, premio “Clelea de Pontes”; “Marina de Andrade Rezende”; “Zaira Cintra Vida”; “Isaura Barbosa Lima”. Diploma de “Honra ao Mérito”.

*CAPÍTULO XXX* Emblema da **ABEn****BIBLIOGRAFIA****NOTAS COMPLEMENTARES**



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM  
RECOMENDAÇÕES DO XXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM

O XXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM

CONSIDERANDO:

1. a) que o Ministério de Saúde e o Ministério de Previdência Social são os órgãos federais mais significativos, em relação à prestação de serviços de saúde;
- b) que os Enfermeiros do INPS, do IPASE e das demais entidades previdenciárias, bem como os enfermeiros do Ministério da Saúde reconhecem a importância e a urgência do assunto;
- c) que a Associação Brasileira de Enfermagem não se omittir em relação ao assunto, na oportunidade em que se realizam estudos com vistas à reestruturação dos Ministérios;
- d) que as deficiências de assistência de enfermagem prestada pelos Serviços de Saúde, ligados direta ou indiretamente aos órgãos federais ou por eles assessorados, evidenciam a necessidade de padronização e racionalização dos serviços prestados.

2. que há proliferação de cursos de enfermagem de

---

Realizado em Curitiba, PR — 14 a 20 de Julho de 1974.

RECOMENDA:

AO MINISTÉRIO DA SAÚDE E MINISTÉRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL

1. a) a criação no Ministério da Saúde e no Ministério da Previdência Social de Órgão Central de Enfermagem para funções normativas, de planejamento, de coordenação e de supervisão das atividades específicas, desenvolvidas naqueles Ministérios.
2. que inclua enfermeira como assessor do Conselho

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DOS ESTADOS

1.º e 2.º graus, sem os recursos humanos, materiais e a orientação devida,

b) que, do ensino médio profissionalizante, a área de enfermagem é uma das mais solicitadas,

3. que o ensino de Ética nas escolas de enfermagem não está auxiliando o aluno na compreensão e resolução dos problemas morais com que se defronta,

4. que, há necessidade de fundamentação filosófica e psicológica para a aprendizagem de Ética,

5. a diversidade encontrada nos currículos dos cursos de enfermagem dos três níveis,

6. a relevância da elaboração da Classificação Bra-

Estadual de Educação para assuntos de enfermagem;

#### AS SEÇÕES ESTADUAIS DA ABEN

b) que, atuem, junto aos Conselhos Estaduais de Educação, assessorando-os nos assuntos relacionados ao ensino de enfermagem;

3. a) que promovam “Encontros” ou cursos de atualização em Ética para professores e profissionais de enfermagem;

b) que o programa de Encontro sobre Ensino de Ética, realizado pela Comissão de Educação da Seção de S. Paulo e Escola Paulista de Enfermagem, seja repetido nas várias regiões interessadas, sob o patrocínio das Seções Estaduais da ABEN e que sejam levados em consideração o valor e o significado das novas posições, conceitos e colocação da psicologia moderna e de sua influência no fundamental ético;

4. que, proporcionem oportunidade aos professores para fundamentação filosófica e psicológica que lhes facilite a atualização em Ética;

5. que promovam Seminários Regionais de Enfermagem, assessorados pela ABEN e outras organizações, para estudar carga horária, etxensão e profundidade de conteúdos das disciplinas profissionalizantes e sua organicidade nos três níveis de ensino;

6. que promovam ampla divulgação das funções de

sileira de Ocupações e o interesse da mesma para a enfermagem,

7. a) que há muita discrepância entre a filosofia e o método de trabalho das instituições de saúde que atendem a mesma comunidade,
- b) que essa discrepância dificulta a continuidade de trabalho,
- c) que a enfermagem pode promover a articulação entre essas entidades,

3. a) a precária situação da assistência de enfermagem prestada aos pacientes na maioria dos hospitais particulares, especialmente nos serviços de Berçário e Centro de Material,

b) que, da totalidade dos hospitais particulares do País, grande maioria está vinculada ao INPS por meio de convênios,

base d/o enfermeira/o a fim de facilitar colaboração destes quando da verificação a ser feita pelo Departamento Nacional de Mão de Obra e Delegacias Regionais do Trabalho;

7. que promovam encontros de profissionais de enfermagem das diversas instituições de saúde da comunidade a fim de que, por meio de troca de experiências possam chegar, a uma filosofia comum e a certa uniformidade de métodos;

8. a) que promovam meios de orientação das/os enfermeiras/os de hospitais particulares no sentido de melhorar a organização dos Serviços e a assistência de enfermagem prestada aos pacientes;

#### A SECRETARIA DE ASSISTENCIA MÉDICA DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

- b) que sejam feitos levantamentos das condições assistência de enfermagem dos hospitais contratados pelos órgãos de enfermagem das Subsecretarias Regionais, visando o estabelecimento de padrões mínimos para cada região nacional;
- c) que, na inspeção permanente dos hospitais contratados, sejam incluídas equipes de enfer-

meiras das Subsecretarias Regionais de Assistência Médica;

#### AS ESCOLAS DE ENFERMAGEM

9. a) a amplitude da área de conhecimentos técnicos e administrativos da/o enfermeira/o e a necessidade de educação continuada,
9. a) que procurem, dentro da disponibilidade de recursos, incentivar a criação de Cursos de Pós-Graduação em regime de tempo integral;
- b) que iniciem com a colaboração do hospital universitário, a criação de cursos de Aperfeiçoamento e Especialização em Enfermagem, sob a forma de Residência, aprovado previamente pelo Conselho de Pós-Graduação da Universidade ou órgão equivalente;
10. que as enfermeiras e obstetizas são constantemente consultadas por pessoas que desejam adotar e/ou legitimar crianças,
10. que, nos programas de Enfermagem Obstétrica, tanto do Ciclo Profissional como de Habilitação em Obstetrícia, sejam incluídos os aspectos legais sobre a Adoção e Legitimidade Adotiva;
11. que os relatórios da Comissão de Documentação e Estudos da ABEn são a única fonte atualizada de dados estatísticos sobre pessoal de enfermagem,
11. que mantêm atualizados os registros de dados estatísticos e que, os forneçam com exatidão quando solicitados por órgãos da ABEn;
12. que existe atualmente em grande número de candidatos aos Cursos de Licenciatura e Mestrado em Enfermagem e que esses Cursos são em número reduzido no País,
12. que se esforcem por conseguir recursos humanos e materiais a fim de que sejam criados Cursos de Licenciatura e de Mestrado em Enfermagem;
13. que há grande necessidade de profissionais com habilitações nas três modalidades previstas no Parecer n.º 163/72 do Conselho Federal de Educação, isto é, em Enfermagem Médico-Cirúrgica, Enfermagem Obstétrica e Enfermagem de Saúde Pública,
13. que promovam a realização dos Cursos de Habilitação nas três modalidades previstas;

## AO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

14. que os órgãos nacionais de deliberação sobre o ensino superior não contem com enfermeiros entre seus membros e que portanto não dispõem de especialistas em educação de enfermagem,

14. que as necessidades psico-espirituais dos pacientes nem sempre são devidamente valorizadas e atendidas pelo pessoal de enfermagem,

16. a importância da redução de infecções para a diminuição do risco de morbidade e mortalidade, do custo de tratamento e da média de permanência dos pacientes nos hospitais,

14. que designe uma Comissão de Ensino de Enfermagem como órgão assessor do Conselho de Educação e Departamento de Assuntos Universitários;

## AS DOCENTES DE ENFERMAGEM E ENFERMEIRA/OS DE CAMPO

15. que incluam nos planos de assistência de enfermagem aspectos do atendimento às necessidades psico-espirituais dos pacientes;

## AOS ADMINISTRADORES DE HOSPITAL

16. a) que possibilitem a criação de uma Comissão de Controle de Infecção Hospitalar a qual inclua pelo menos uma/um enfermeira/o e que estimule o seu funcionamento;

## AOS SERVIÇOS DE ENFERMAGEM

b) que integrem a Comissão de Controle de Infecção Hospitalar e desenvolvem cursos sobre o assunto para o seu pessoal;

## AS/OS CHEFES DE SERVIÇOS DE ENFERMAGEM HOSPITALAR

17. a) que, na orientação de sua equipe, deem a devida importância às anotações de enfermagem;

b) que adotem e incentivem o sistema de auditoria de enfermagem, como instrumento de avaliação;

17. a importância das anotações de enfermagem nos prontuários de pacientes para fins de: orientação de pessoal, atendimento dos aspectos legais e como instrumento de avaliação do cuidado de enfermagem prestado,

**Delegadas — número, procedência e participação nas  
Assembléias de Delegadas realizadas em Curitiba-PR**

Participantes nas A.D.* Procedência	Participantes					
	N.º	1.ª A.D.	2.ª A.D.		3.ª A.D.	%
			1.ª Cha- mada	2.ª Cha- mada		
Amazonas	2	2	2	2	2	100
Pará	3	2	3	3	2	85
Maranhão	2	—	2	2	2	75
Piauí	2	1	2	2	2	88
Ceará	5	5	5	4	5	95
R. G. Norte	3	2	2	2	2	66
Paraíba	7	6	6	6	6	86
Pernambuco	3	3	3	3	3	100
Alagoas	1	—	—	—	1	25
Sergipe	2	2	2	—	2	75
Bahia	6	6	6	6	6	100
Guanabara	19	18	18	18	19	96
São Paulo	21	8	11	14	13	43
Minas Gerais	11	7	7	7	5	39
Rio Janeiro	4	4	4	4	2	87
D. Federal	8	7	7	7	8	91
Goiás	6	3	4	3	3	46
Paraná	9	7	7	7	6	75
Stª Catarina	7	4	4	4	4	57
R. G. Sul	6	3	3	4	3	54
Mato Grosso	—	—	—	—	—	—

\* A.D. = Assembléia de Delegados

**PROCEDÊNCIA E NÚMERO DE CONGRESSISTAS — 1974**  
Curitiba, 14 a 20 de Julho

Qualificação e número Procedência	Efetivo	Especial	Observador	Benemérito	Honorário	Colaborador	Institucional	Total
Amazonas	2	—	—	—	—	—	—	2
Pará	7	—	—	—	—	—	—	7
Maranhão	6	3	12	—	—	—	—	21
Piauí	2	—	—	—	—	—	—	2
Ceará	12	2	11	—	—	—	—	25
Rio Grande do Norte	4	3	3	—	—	—	—	10
Paraíba	16	6	—	—	—	—	—	22
Pernambuco	12	5	3	—	—	—	—	20
Alagoas	3	—	—	—	—	—	—	3
Sergipe	9	—	—	—	—	—	—	9
Bahia	59	6	9	—	—	—	1	75
Minas Gerais	39	5	—	—	—	—	—	44
Goiás	11	1	—	—	—	—	—	12
Mato Grosso	1	—	—	—	—	—	—	1
Distrito Federal	24	—	—	—	1	—	—	25
Est. do Rio	23	3	—	—	—	—	—	26
Guanabara	139	7	4	1	1	—	—	152
São Paulo	183	20	6	2	2	—	—	213
Paraná	125	35	5	—	—	60	1	226
Santa Catarina	25	9	3	—	—	—	—	37
Rio Grande do Sul	58	6	4	—	—	—	—	68
Amapá	—	—	1	—	—	—	—	1
Estrangeiras	2	—	—	—	—	—	—	2
<b>TOTAL</b>	<b>672</b>	<b>111</b>	<b>61</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>66</b>	<b>2</b>	<b>1003</b>

## SESSÃO DE ENCERAMENTO

20 de Julho de 1974 — 20 horas

Local: Auditório da Reitoria da UFPR

*Entrega de Títulos:*

Sócio honorário da ABEn — Prof. A.F. Cesarino Junior

Sócio Benemérito da ABEn — Indústrias de Papel Simão S.A.

*Entrega de Certificado:*

Bolsa "Lais Netto dos Reys" — Maria José Chaves Costa

*Entrega da Medalha Edith Magalhães Fraenkel* — Maria Lucia C. Santos (EE-Rib. Preto)

*Encerramento da Sessão*

Após grandioso número artístico apresentado por crianças da cidade, a 1.<sup>a</sup> Vice-Presidente proferiu uma breve oração de encerramento do Congresso.